

# Documentação Crítica de Fátima Seleção de documentos (1917-1930)

---



Estudos

---

[www.fatima.pt/documentacao](http://www.fatima.pt/documentacao)

---

DOCUMENTAÇÃO Crítica de Fátima:  
*seleção de documentos (1917-1930).*  
Fátima: Santuário de Fátima, 2013.

---

DOCUMENTAÇÃO CRÍTICA DE FÁTIMA

Seleção de documentos (1917-1930)

DOCUMENTAÇÃO CRÍTICA  
DE FÁTIMA

---

Seleção de documentos  
(1917-1930)



Santuário de Fátima

# DOCUMENTAÇÃO CRÍTICA DE FÁTIMA

Seleção de documentos  
(1917-1930)

Santuário de Fátima  
2013

**TÍTULO**

*Documentação Crítica de Fátima* - Seleção de documentos  
2013

**PATROCÍNIO CIENTÍFICO**

Centro de Estudos de História Religiosa (CEHR) - Faculdade de Teologia  
da Universidade Católica Portuguesa

**COMISSÃO CIENTÍFICA**

David Sampaio Barbosa (Presidente); Adélio F. L. Abreu; António Teixeira  
Fernandes; Lúcio Coelho Cristino; Maria Inácia Rezola; Pedro Penteado, Zília  
Osório de Castro

**FIXAÇÃO DE TEXTOS E REVISÃO**

Luciano Coelho Cristino; Ana Teresa dos Santos Silva Neto

**COMPOSIÇÃO E PAGINAÇÃO**

Ana Teresa dos Santos Silva Neto

**CAPA**

Emília Nadal

**EDIÇÃO:**

ISBN: 978-972-8213-91-6

Depósito legal:

Tiragem: 500 exemplares

**© SANTUÁRIO DE FÁTIMA**

P-2496-908 FÁTIMA

Telef: 249539600; fax: 249539605

[www.santuario-Fátima.pt](http://www.santuario-Fátima.pt)

E-mail: [sesdi@santuario-Fátima.pt](mailto:sesdi@santuario-Fátima.pt)

**EXECUÇÃO GRÁFICA**

## INTRODUÇÃO

Em 13 de outubro de 1930, D. José Alves Correia da Silva, bispo de Leiria, depois de considerado o relatório da comissão que constituiu em 1922 para organizar o processo canónico, declarou dignas de crédito as aparições de Fátima de 1917 e permitiu oficialmente o culto a Nossa Senhora de Fátima. Era o termo de um processo de análise das aparições marianas, ocorridas de maio a outubro daquele ano, na Cova da Iria, freguesia de Fátima, concelho de Vila Nova de Ourém, a três crianças: Jacinta Marto, de sete anos de idade, seu irmão Francisco Marto, de nove anos, e a prima de ambos, Lúcia de Jesus, de dez anos.

A esta problemática e a este período corresponde a seleção documental que agora se publica. Cumpre-nos contextualizar os acontecimentos que contribuíram para a sua produção, justificar a publicação deste volume e a sua organização, e apresentar as linhas fundamentais da documentação aqui dada à estampa a partir da *Documentação Crítica de Fátima*, publicada entre 1992 e 2013.

1 - A singeleza dos factos vistos e testemunhados de maio a outubro de 1917 não prescinde do contexto eclesial, social, religioso e político. Os acontecimentos de Fátima encontram a sociedade portuguesa no rescaldo da instauração da república. O mundo, por seu lado, é abalado pela I Guerra Mundial, com repercussões em Portugal, sobretudo a partir da sua participação em 1916. Vinham de longe as dificuldades do catolicismo português no confronto com a política, enquanto tratava de se recompor por uma via unitária especificamente religiosa, com repercussões na sociedade portuguesa<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Prescindindo nesta contextualização de um aparato crítico exaustivo, remetemos para o nosso estudo, que seguimos de perto, e para bibliografia que o sustenta: ABREU, Adélio Fernando – Contextualização da Mundividência Subjacente aos Acontecimentos de Fátima. In PINHO, Arnaldo de; COUTINHO, Vitor, coord. – *Francisco Marto: Crescer para o Dom*. Fátima: Santuário, 2010, p. 59-103. Fátima Estudos; 1.

1.1. É certo que o regime liberal do Portugal oitocentista não pusera em causa o catolicismo romano como religião oficial. Contudo, no ajustamento da Igreja à nova sociedade, convertia os seus ministros em agentes de estruturação social, comprometidos em várias atividades de caráter cívico e enquadrados no funcionalismo público. Tratava-se de uma visão instrumental da Igreja, manietada aos interesses do Estado, incompreendida na sua missão religiosa, diminuída nos seus meios e atingida na sua capacidade de organizar e influenciar autonomamente a sociedade. Numa continuada atividade legislativa de caráter regalista, foram suprimidos os dízimos, abolido o foro eclesiástico, eliminados os padroados, extintas as ordens religiosas e nacionalizados os seus bens. O processo de desamortização dos bens da Igreja estender-se-ia às colegiadas, aos passais, aos mosteiros femininos. Os bispados que o governo queria suprimir foram permanecendo vacantes, como pressão sobre a Santa Sé para o necessário assentimento. Os restantes também tardaram muitas vezes em ter bispo, dada a resistência papal aos nomes apresentados pelo governo. Internamente, as nomeações mantiveram-se controladas, nomeadamente através do concurso documental exigido pelo governo como forma de eliminar a intervenção episcopal na avaliação dos candidatos. Paralelamente, a Igreja e os seus ministros foram vivendo no meio de dificuldades económicas, após a supressão dos dízimos e o adiamento sucessivo da dotação eclesiástica, só governamentalmente acenada como contrapartida para outras negociações.

Enquanto aprendia a viver no quadro constitucional, a Igreja começava a lançar as bases da recuperação religiosa, patente nas iniciativas ligadas ao associativismo católico, iniciado nos anos 40 em Lisboa, com a criação da Sociedade Católica, e ressurgido no Porto dos anos 70, com o I Congresso Católico e a Associação Católica, para se estender ao país. Era o tempo da organização do laicado numa perspetiva eminentemente religiosa, distanciada das clivagens políticas, que tinham dividido os católicos. Prescindindo da instrumentalização da religião pela política, que caracterizara miguelistas e liberais, unia-os uma genuína preocupação pelo destino e pela revitalização do catolicismo dentro do regime constitucional vigente. O movimento católico abria-se aliás, pelo menos em parte dos seus membros, à aceitação de qualquer forma de regime político, desde que respeitadora da Igreja, antecipando e sintonizando com o *ralliement* de Leão XIII no face a face com a república francesa.

A evidenciar a recomposição do catolicismo, renascia das cinzas, também na segunda metade do século, a vida religiosa, depois da

devastação sofrida com a extinção das ordens antigas. É certo que iam já longe os mosteiros masculinos e os femininos continuaram a fechar à morte da última monja, enquanto o governo esperava ansioso os seus bens. Contudo, numa situação de clandestinidade e de alguma tolerância, que o desenvolvimento de núcleos republicanos e socialistas e as ameaças externas aos domínios ultramarinos aconselhavam ao governo, foram-se implantando em território nacional diversos institutos religiosos, protegidos e encobertos pelas atividades educativas e assistenciais e pelas preocupações missionárias relativas aos territórios ultramarinos, sobretudo a partir do momento em que, após a Conferência de Berlim, a ocupação era imprescindível à sua manutenção. Os religiosos não estiveram imunes às campanhas anticlericais, mas foram construindo uma base de atuação no quadro instável de uma possível expulsão, enquanto contribuíam para a recuperação do catolicismo português.

A questão política entretanto atenuada deu espaço à abordagem católica da questão social, mais intensamente a partir dos anos 90, quando os ventos romanos trouxeram o pensamento social de Leão XIII na *Rerum Novarum*, difundido entre nós no magistério dos bispos e sobretudo na imprensa católica. Criava-se assim o lastro de reflexão e ação que tornaria possível o aparecimento em Portugal, a partir de finais do século, dos Círculos Católicos de Operários, o primeiro dos quais no Porto. A questão política voltaria a evidenciar-se ainda, na primeira década do século XX, quando os católicos, superados os longos anos de resistência a um partido católico, tenderam para um projeto de unidade política em torno do Centro Nacional, apoiado pela nunciatura e pelo episcopado, que daria lugar ao Partido Nacionalista, mais intransigente e menos capaz de congregar as simpatias dos católicos de tendências diversas. Paralelamente ao nacionalismo católico, foi-se desenvolvendo uma linha democrata-cristã, de cariz associativo e com preocupações sociais, até ao confronto entre ambas, em 1909, na polémica desencadeada entre *A Voz de Santo António* dos franciscanos de Montariol, aberta à pluralidade das opções políticas dos católicos, e o *Novo Mensageiro do Coração de Jesus* dos jesuítas, que insistia numa visão mais monolítica da intervenção política dos católicos. Não era, pois, pela via da confessionalidade partidária que os católicos conseguiriam a unidade requerida para fazer face aos desafios da sociedade liberal, mesmo quando o regime já agonizava e renunciava a revolução.

1.2 - A agitação política e as preocupações eclesiais de 1917 encontravam, porém, antecedentes mais próximos. As dificuldades em que o catolicismo se moveu desde o dealbar do liberalismo persistiram e agravaram-se com a eclosão da revolução republicana de 1910 e com a subsequente lei de separação de 1911. A Igreja foi confrontada com um novo quadro jurídico, pois os novos protagonistas políticos retiraram-lhe o estatuto de religião oficial e, conseqüentemente, já não lhe destinavam o papel na construção social que o liberalismo entre contradições lhe reconheceu. Não foi, contudo, este novo enquadramento global que causou mais perplexidade à Igreja, atendendo à reflexão sobre a contingência das formas de governo que o movimento católico lhe fora oferecendo ao longo da segunda metade da centúria precedente e à aceitação da república pelo *ralliement* leonino. Os transtornos advieram da política de laicização que a república instaurou em Portugal, através de um conjunto de medidas que foram alterando a fisionomia do catolicismo português: os jesuítas foram expulsos e as congregações religiosas foram extintas e perderam os seus bens; os juramentos religiosos foram eliminados; o ensino religioso nas escolas primárias e normais foi proibido, e a Faculdade de Teologia da Universidade de Coimbra foi extinta; os dias santificados foram abolidos; o casamento civil tornou-se obrigatório e foi introduzido o divórcio. A lei da separação privou a Igreja da sua personalidade jurídica e passou os seus bens para as associações culturais, de que estava excluído o clero. Também o converteu ao funcionalismo público pela oferta de pensões, a que maioritariamente renunciou.

Os bispos portugueses reagiram na linha do *ralliement*, numa pastoral coletiva que não contestava o novo regime, mas apenas a sua política laicizadora, e afirmava que os católicos deviam acatar as novas instituições políticas, obedecendo-lhes em tudo o que não fosse contrário à consciência. Seguiu-se-lhe um protesto coletivo dos bispos, em resposta à lei de separação. Subjacente ao protesto estava a teoria tese/hipótese, que recusava a separação ao nível dos princípios, mas a aceitava na prática, desde que respeitasse o catolicismo; respeito que a lei sob protesto não tinha em conta. A reação episcopal começava, pois, a esboçar novo caminho. Aliás, numa nova tomada de posição dos bispos, em 1913, comumente apelidada de Apelo de Santarém, surgia um repto à união dos católicos, para que interviessem publicamente e defendessem a Igreja, contra as medidas laicizadoras da república, ao mesmo tempo que invocava, qual eco da divisa de Pio X, à necessidade de *instaurare Lusitaniam in Christo*.

Percebiam os bispos que a restauração cristã não se conseguia pela confessionalidade do Estado, recentemente perdida, mas através de um empenho especificamente religioso, com repercussões no tecido social. Não apontavam algo de inaudito. Tinha já sido a proposta do movimento católico em contexto liberal. O desígnio da restauração cristã da sociedade, como referiam os bispos, ou da recomposição do catolicismo português, como prefere a historiografia mais recente, não se quedou na letra dos textos do episcopado português ou na correspondência e documentos de alguns bispos em concreto. O desígnio de unidade convergiu para o surgimento da União Católica em 1915, de onde saiu em 1917 o Centro Católico Português, para a defesa do catolicismo em sede política e parlamentar. Estamos já em época coeva aos acontecimentos de Fátima, altura em que o regime republicano denotava crise e gera descontentamentos, entre as clivagens partidárias e os efeitos da participação de Portugal na I Guerra Mundial, dando azo à revolução sidonista de finais de 1917, que atenuaria a política religiosa anterior. Entre outras disposições atenuantes, os prelados de Lisboa e Porto puderam regressar às suas sedes e vários párocos às suas comunidades, agora sem estarem sujeitos à proibição de veste talar. Os horários de culto deixaram de ser controlados e os estabelecimentos de assistência puderam receber doações. As relações diplomáticas com a Santa Sé também seriam reatadas. O atenuar da política religiosa anterior não significava, porém, a resolução do problema jurídico levantado pela legislação republicana e pela lei de separação, que se arrastaria até à concordata de 1940.

Na imprensa, também se fez sentir a restauração católica, expressa na criação da Liga da Boa Imprensa nas várias dioceses a partir de 1915, na publicação de periódicos locais ou regionais de inspiração católica e na criação de boletins paroquiais e diocesanos. Significativo também foi o conjunto de iniciativas de enquadramento e formação dos fiéis, paralelas à paróquia, muitas nascidas ainda no século XIX, como as Associações Católicas, as Conferências Vicentinas ou os Círculos Católicos de Operários. Outras viram a luz já no período republicano, em resposta ao movimento de laicização. Foi o caso da União Noelista Portuguesa, chegada de França em 1913, para a valorização feminina nos meios urbanos; da Associação de Médicos Católicos, nascida em 1915; ou da Associação dos Pais de Família, criada um ano depois para uma intervenção no setor educativo. Também no âmbito da pastoral juvenil podíamos apontar a Federação das Juventudes Católicas Portuguesas, que reagrupou em 1913 as várias Juventudes Católicas,

saídas do movimento social católico, então em crise. Não cabe aqui um recenseamento exaustivo destas propostas, mas sobretudo a percepção da sua existência e ação, na cristianização da sociedade portuguesa.

À laicização da sociedade, respondeu também a Igreja com vários elementos favoráveis à cristianização das massas, como as missões populares e pregações, as festas e procissões, as peregrinações e devoções variadas, nomeadamente à Eucaristia, à Virgem Maria e ao Coração de Jesus. Muitas destas formas de piedade ressentiram-se da hostilidade republicana, das suas medidas de controlo e das limitações às manifestações públicas. Sobreviveram e intensificaram-se, porém, afirmando a sensibilidade religiosa do povo português. Várias delas se refletiram inclusivamente nos acontecimentos religiosos ocorridos em 1917 em Fátima, convertendo-se este local num polo de dinamização do catolicismo português subsequente. O processo de recomposição católica que, no rescaldo da república, Fátima veio confirmar, corria já no campo religioso e devocional em detrimento do político e jurídico. A reorganização pastoral do catolicismo em Portugal desembocou e foi depois impulsionada pelo Concílio Plenário Português de 1926, realizado também sob o signo da união católica para uma ação pastoral mais concertada na disciplina, na catequese e nos estudos eclesiais. Continuaria ainda com a dinamização catequética e litúrgica e sobretudo com a criação da Ação Católica Portuguesa em 1933. Fátima pôde constituir-se assim em espaço de convergência de um catolicismo que se recompunha pela via da unidade, sobre um lastro religioso e devocional, que as aparições se encarregaram de confirmar e impulsionar.

2 - A necessidade de estudar criticamente as aparições de Fátima e a sua mensagem tem já uma história de mais de 50 anos<sup>2</sup>. O projeto partiu em 1966 do então bispo de Leiria D. João Pereira Venâncio (1958-1972) e foi confiado ao claretiano espanhol Joaquín María Alonso, professor de teologia dogmática e de mariologia em vários institutos e universidades. Depois de uma fase de investigação empreendida por si, foi coadjuvado por uma comissão científica, a partir de 1975, até que a doença lhe impediu o trabalho, vindo a falecer em 1981. Em 1983, foi

---

<sup>2</sup> Cf. CRISTINO, Luciano Coelho – Introdução. In *Documentação Crítica de Fátima*. Fátima: Santuário, 1992, vol. 1, p. VII-XI; IDEM – A los Noventa Años de las Apariciones de Fátima. La Edición Crítica de los Documentos: Historia de los Proyectos de Edición y Fase Actual. *Ephemerides Mariologicae*. 58 (2008) 523-535.

pedido à Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa que patrocinasse cientificamente o projeto, vindo a ser constituída em 1985 uma comissão científica para o efeito.

Do trabalho desta comissão sucessivamente renovada brotou o projeto da *Documentação Crítica de Fátima*, publicada em cinco volumes e 15 tomos, entre 1992 e 2013, abarcando documentalmente o período de 1917 a 1930, ou seja desde as aparições até à carta pastoral de D. José Alves Correia da Silva, bispo de Leiria (1920-1957), que declarou como dignas de crédito as aparições de Fátima de 1917 e permitiu oficialmente o culto de Nossa Senhora de Fátima. Os dois primeiros volumes seguiram um critério tipológico: o primeiro publicou os interrogatórios oficiais e particulares realizados aos videntes e um conjunto de depoimentos, então mandados fazer pelo Patriarcado de Lisboa, documentação toda ela de 1917; o segundo publicou os documentos relativos ao processo canónico diocesano, mandado realizar por D. José Alves Correia da Silva em 1922 e encerrado em 1930, antes da referida carta pastoral do bispo acerca das aparições e do culto a Nossa Senhora de Fátima. Os restantes três volumes, seguindo um critério cronológico, estendem-se nos seus vários tomos, por três períodos: das aparições ao início do processo canónico (1917-1922) – três tomos; do início do processo canónico à criação da capelania no Santuário de Fátima (1922-1927) – quatro tomos; da criação da capelania à referida carta pastoral de D. José Alves Correia da Silva (1927-1930) – seis tomos.

Com o aproximar do fim da publicação da *Documentação Crítica de Fátima*, foi-se fazendo sentir a necessidade de um volume mais manuseável, que disponibilizasse as fontes consideradas mais importantes, passível de tradução noutras línguas, de modo a chegar a novos destinatários e também a servir de suporte à realização de congressos sobre a mensagem de Fátima em ambientes internacionais, onde nem sempre é possível ler os documentos em língua portuguesa. Consciente de que a *Documentação Crítica de Fátima* é insubstituível para o estudo dos acontecimentos e da mensagem de Fátima, mas procurando também corresponder ao repto lançado pelo Santuário de elaboração de uma seleção documental, a Comissão Científica da *Documentação Crítica de Fátima* avançou na preparação deste volume: *Documentação Crítica de Fátima (1917-1930): Seleção de Documentos*. A base é, portanto, a *Documentação Crítica* já publicada.

Para circunscrever a obra a um só volume foi preciso selecionar e organizar. Selecionar implica tomar, mas também deixar. Se nalguns casos

a escolha é evidente, como, por exemplo, quando se trata dos inquiridos aos videntes, noutros nem sempre é tão óbvia. Escolheram-se os documentos que se julgaram mais significativos, tendo em conta os objetivos do volume. Preferiram-se assim sobretudo os documentos referentes à mensagem de Fátima e à sua receção. Relativamente aos volumes da *Documentação Crítica de Fátima* que lhe servem de base, prescindiu-se agora da descrição dos documentos e da indicação da sua localização arquivística ou da sua edição, assim como de grande parte do aparato crítico. Optou-se, contudo, por inserir algumas notas de correção de erros detetados e de breve informação pertinente, nomeadamente de cariz biográfico. Os documentos encontram-se numerados e ordenados cronologicamente, com a indicação do volume de publicação na *Documentação Crítica de Fátima* e com a grafia atualizada. Tornando o texto mais fácil de ler, é todavia possível recorrer facilmente ao documento descrito e publicado criticamente no respetivo volume da *Documentação Crítica de Fátima*.

A publicação em anexo de *Os episódios maravilhosos de Fátima*, da autoria do Visconde de Montelo, o P. Manuel Nunes Formigão, reveste-se de uma exceção relativamente ao resto do volume, no que se refere à reprodução dos documentos a partir da *Documentação Crítica de Fátima*. Reunindo este opúsculo muitos textos anteriores, já publicados na *Documentação Crítica de Fátima*, aquando da publicação do volume III-3, relativo ao período de publicação do opúsculo, optou-se então por publicar apenas as passagens não publicadas e as correções feitas pelo autor no opúsculo, com a indicação da localização dos textos antecedentes na *Documentação Crítica de Fátima*. Na nossa seleção documental, tendo em conta que o modo como foram publicados criticamente estes textos não favorece a linearidade da leitura e o caráter mais divulgativo deste volume, optou-se por publicar todo o opúsculo em anexo, em detrimento do modo como está publicado o seu conteúdo na *Documentação Crítica de Fátima*.

3 - Detemo-nos agora no conteúdo desta *Seleção*, percorrendo as grandes linhas temáticas que a compõem de 1917 a 1930, desde os interrogatórios aos videntes e outros testemunhos até à declaração episcopal da credibilidade das aparições e da permissão do culto de Nossa Senhora de Fátima, passando pelas ressonâncias de Fátima na imprensa e pela sua divulgação em Portugal e além-fronteiras, pela hostilidade das autoridades e setores anticlericais e pela consolidação da mensagem com o contributo de Lúcia e das suas revelações

complementares, pela atenção da autoridade eclesiástica diocesana, que, juntamente com a promoção da análise dos acontecimentos, foi dando passos prudentes e seguros rumo à aceitação das aparições.

3.1 - Parte fundamental desta *Seleção* são os interrogatórios aos videntes. Os primeiros foram feitos a Lúcia logo em cima dos acontecimentos pelo pároco de Fátima, P. Manuel Marques Ferreira. Pouco tempo após cada aparição, registou o que foi dito em cada uma, num crescendo de mensagem. Se da primeira decorre sobretudo a necessidade dos vidente se deslocarem ao local “todos os meses até fazer seis meses” (doc. 1, p. 31), progressivamente são dadas novas indicações: o mandato de Lúcia aprender a ler (doc. 2, p. 32); a oração do terço à Senhora do Rosário para que abrande a guerra; a promessa de um milagre em outubro que fará com que todos acreditem (doc. 3, p. 33); a promessa de que em outubro “há de vir S. José dar a paz ao mundo e Nosso Senhor dar a bênção ao povo” (doc. 8, p. 48). Na aparição de outubro, alargam-se as indicações: “Quero-te dizer que não ofendas mais a Nosso Senhor; que rezem o terço a Nossa Senhora; façam aqui uma capelinha à Senhora do Rosário (Lúcia tem dúvida se foi assim se foi: façam aqui uma capelinha, eu sou a Senhora do Rosário); a guerra acaba ainda hoje” (doc. 14, p. 79). A partir dos elementos recolhidos, o pároco de Fátima elaboraria um relatório, a pedido de D. João Evangelista de Lima Vidal, arcebispo de Mitilene e vigário geral do Patriarcado de Lisboa. O relatório manifesta a prudência do pároco diante dos acontecimentos, procurando manifestar-se “indiferente enquanto não houvesse provas evidentes ou a Igreja falasse” (doc. 36, p. 182).

Ainda antes do termo das aparições, já Manuel Nunes Formigão começara também a interrogar os videntes. Fê-lo pela primeira vez em 27 de setembro de 1917 (doc. 10, p. 52-61), por ocasião da sua visita a Fátima, deslocando-se a casa de Lúcia. Junta ao interrogatório dos três videntes também o da mãe dela. O interrogatório é abundante nos pormenores, tantas as questões dirigidas às crianças, mas substancialmente concorde com o do pároco de Fátima. No termo, uma apreciação das aparições, em que reconhece a sinceridade dos videntes e se mostra convicto de que se não trata de alucinações, nem de possessão diabólica, aguardando, todavia, pela aparição de outubro. Novos interrogatórios decorreram em 11 de outubro a um habitante de Fátima, à mãe de Lúcia e aos três videntes. Do primeiro emerge a respeitabilidade dos pais dos videntes, sobretudo dos de Francisco e

Jacinta, e a convicção popular, passadas as dúvidas iniciais, de “que as crianças falam verdade” (doc. 11, p. 63). A aparição de 13 de outubro aconselhou novo interrogatório às crianças, centrado no anúncio do fim da guerra, na visão de São José e do Menino Jesus e no milagre do sol. Segundo Lúcia, a Senhora dissera que “a guerra acaba ainda hoje” (doc. 18, p. 101). Na descrição de Francisco e Jacinta do fenómeno solar, o sol “andava à roda” (doc. 18, p. 104). Alguma perplexidade quanto à credibilidade das aparições geraria a declaração do fim da guerra, pelo facto de os acontecimentos não confirmarem no imediato o anúncio. Manuel Nunes Formigão regressou aos interrogatórios aos videntes em 2 e 3 de novembro, na procura de mais elementos e no esclarecimento de pormenores que então se iam ouvindo. O interrogatório a Lúcia alargase à visão no ano anterior de “um vulto branco” que se parecia com “uma pessoa embrulhada num lençol” (doc. 22, p. 117). É ouvido também João Marto, irmão de Francisco e Jacinta, sobre a aparição de 19 de agosto.

O volume ainda oferece o interrogatório do P. José Ferreira de Lacerda aos videntes, realizado em 19 de outubro de 1917, a partir de um questionário prévio (doc. 15, p. 81-88). Também aqui se indaga o detalhe, assim como se procura discernir um eventual sugestionamento das crianças, averiguando o conhecimento prévio de elementos integrados no conteúdo das aparições; cuidado também presente nos interrogatórios de Manuel Nunes Formigão. Muitas outras pessoas terão interrogado as crianças, também Carlos de Azevedo Mendes, advogado de Torres Novas, ainda em setembro de 1917, que deixou o relato em carta à sua noiva (doc. 7, p. 41-47). Fica a percepção da coerência e da genuinidade dos videntes, nos interrogatórios feitos em separado e na convivência com as crianças durante a visita ao local das aparições.

3.2 - A preocupação com a credibilidade das aparições atravessa a documentação logo desde o início. Assim, à narração dos videntes, juntam-se os testemunhos de outras pessoas capazes de confirmar o que deles provinha. Uns chegam-nos de cartas ou testemunhos particulares, outros de inquéritos organizados pelas autoridades eclesíásticas. No seguimento da aparição de 13 de outubro, o Patriarcado de Lisboa, pela pena de D. João Evangelista de Lima Vidal, incumbiu os vigários de Porto de Mós e de Ourém de colherem informações de testemunhas fidedignas sobre os acontecimentos ocorridos em Fátima em 13 de outubro (doc. 16, p. 89). O P. Joaquim Vieira Rosa, pároco de Alqueidão da Serra e vigário de Porto de Mós, vigararia vizinha de

Fátima, interrogou 16 testemunhas presenciais da aparição, de que fez uma breve síntese sobretudo com as descrições concordes do fenómeno solar. O testemunho mais pormenorizado refere a abundante chuva que antecedeu a aparição e “aquela ingente multidão de povo, em grande clamor e quase todo ajoelhado, voltado para o sol, e que este tinha sinais desusados, girando sobre si, tremendo, observando ao mesmo tempo um afrouxamento de luz e um aumento de temperatura” (doc. 19, p. 106). No envio do relatório, o vigário de Porto de Mós refere a concordância das testemunhas e o incómodo por o prometido fim da guerra não se ter concretizado (doc. 24, p. 132).

O P. Faustino José Jacinto Ferreira, pároco de Olival e vigário de Ourém, vigararia a que pertencia a paróquia de Fátima, não fez propriamente um inquérito presencial, mas pediu um conjunto de depoimentos a pessoas de prestígio. A *Documentação Crítica de Fátima* integrou neste inquérito três depoimentos (cf. vol. 2, p. 211-237; veja-se a nota 2 da p. 221), que incluimos nesta *Seleção* (doc. 30, 31, 32, p. 154-163): o breve depoimento do P. Francisco Brás das Neves, coadjutor da Freixianda, que resume as entrevistas a Lúcia e Jacinta e refere sobretudo a questão do anúncio do fim da guerra; o depoimento do P. Luís Andrade e Silva, que narra o que viu em 13 de outubro, reconhecendo que aí se passou “qualquer coisa de extraordinário” (doc. 31, p. 156), mesmo que não garanta tratar-se de um milagre; o depoimento de Luís António Vieira de Magalhães e Vasconcelos, advogado em Vila Nova de Ourém, que testemunha a sua prudência inicial, em sintonia com o alheamento do clero do concelho, e narra o que viu na aparição de 13 de outubro e o diálogo com Lúcia e Jacinta algumas semanas depois. A impressão que lhe causou o fenómeno solar é expressa com emoção, e a reserva inicial cedeu lugar à convicção de que se tratava de uma manifestação divina: “Ao observar estas manifestações, que não duvidei um momento que fossem devidas à Infinita Omnipotência de Deus, uma indescritível impressão se apoderou de mim. Sei apenas que gritei, creio, creio, creio, e que as lágrimas caíam dos meus olhos, maravilhado, extasiado, perante essa demonstração do Poder Divino. Sei também que não senti a menor sombra de receio ou terror. Se não fosse católico, nesse momento ter-me-ia convertido” (doc. 32, p. 160). Apesar das dificuldades criadas pelo anúncio não concretizado do fim da guerra e sem se querer antecipar à autoridade eclesial, o deponente concluía que “as pastorinhas falam verdade e se estas falam verdade não pode haver dúvidas de que foi um milagre o que se deu no dia 13 de outubro próximo, passado, nas imediações do lugar da Fátima” (doc. 32, p. 163).

Este volume também recolhe outros testemunhos dos factos ocorridos em Fátima. É o caso do relato da manifestação solar de 13 de outubro pelo P. Manuel Pereira da Silva, pároco de Monte Redondo: “Imediatamente apareceu o sol com a circunferência bem definida. Aproxima-se como que até à altura das nuvens e começa girando sobre si mesmo vertiginosamente como uma roda de fogo preso, com algumas intermitências, durante mais de oito minutos” (doc. 12, p. 71). Ou o testemunho de Leonor de Avelar e Silva Constâncio, a partir da sua presença no local nos dias 13 de agosto, setembro e outubro, mesmo se no primeiro dia não compareceram as crianças, detidas para interrogatório pela autoridade municipal, e no último chegou a própria atrasada por um percalço na viagem. Testemunha ainda assim o enorme concurso de povo e a “magnífica e imponente manifestação de fé, a daquela enorme multidão de cerca de 50 mil pessoas, quase todas ali levadas pela fé, pelo desejo de se certificarem da veracidade dos factos que tinham ouvido narrar” (doc. 17, p. 96). Narra ainda o contacto com os videntes e a sua assistência ao interrogatório de 19 de outubro, realizado pelo Manuel Nunes Formigão (doc. 18, p. 100). Ficou agradada com as crianças, “que são robustas, sadias, alegres, francas e simpáticas, com uma desenvoltura própria da sua idade” (doc. 17, p. 97). Partilha ou deixa ressoar conclusão idêntica à do P. Formigão já anteriormente referida: “Todos estes argumentos que a minha razão me suscita me fazem pôr de parte, tanto a ideia de exploração, como a de sugestão nervosa, como até mesmo a de intervenção demoníaca. Aguardemos a resolução da Igreja” (doc. 17, p. 99).

Os fenómenos solares de 13 de outubro de 1917 também geraram curiosidade científica, repercutindo a atmosfera racionalista e positivista, dada à explicação científica. Nalguns casos, o recurso à ciência fez-se no sentido de descredibilizar os fenómenos. Noutros no de esgotar as possibilidades de explicação, para tornar sustentável a possibilidade de intervenção divina, superando as leis da natureza. A preocupação científica favorável aos acontecimentos de Fátima emerge nas cartas de Gonçalo de Almeida Garrett, bacharel em filosofia e doutor em matemática, lente substituto em Coimbra, a Manuel Nunes Formigão. Na primeira, de dezembro de 1917, considera os fenómenos solares não “astronómicos do sol propriamente dito, mas sim meteorológicos da atmosfera da terra sobre a imagem solar, quanto à cor e aspeto do brilho semelhante à lua, e também quanto à vista da rotação” (doc. 28, p. 148). Procurando uma justificação junto do seu destinatário para o não concretizado fim da guerra, questionava-se ainda sobre a aparente

nuvem de fumo que se elevou no local da aparição, relatada, juntamente com o fenómeno solar, num testemunho do seu filho José Maria de Proença de Almeida Garrett: “Uma coluna de fumo, delgada, ténue e azulada que subiu direita até dois metros, talvez, acima das cabeças para se nesta altura se esvaír. Durou este fenómeno, perfeitamente visível a olho nu, alguns segundos. Não tendo marcado o tempo de duração não posso afirmar se foi mais ou menos um minuto. Dissipou-se bruscamente o fumo e passado algum tempo repetiu-se o fenómeno uma segunda e uma terceira vez. Das três vezes, e sobretudo da última, destacaram-se nitidamente os fustes esguios na atmosfera cinzenta” (doc. 29, p. 151). Numa segunda carta, de setembro de 1918, Gonçalo de Almeida Garrett giza um plano para tentar perceber cientificamente a dita manifestação de fumo (doc. 37, p. 183-185). Já antes, num artigo de jornal, se detivera no relato de duas curas ocorridas em Fátima e nos problemas levantados à credibilidade dos videntes pelo facto de a guerra não ter imediatamente terminado (doc. 35, p. 169-171). Voltaria à nuvem de fumo num depoimento publicado em 1922, para concluir que “é, pois, um elemento de toda e completa transcendência para comprovar rigorosamente a verdade das aparições em Fátima” (doc. 70, p. 250).

3.3 - Os acontecimentos depressa se repercutiram na imprensa periódica local ou nacional. A aparição de julho de 1917 já encontrou espaço no jornal lisboeta *O Século*. O relato do correspondente em Meia Via, Torres Novas, dá conta dos boatos relativos às aparições anteriores, que arrastaram ao local muitas pessoas por curiosidade ou devoção em 13 de julho, esgotando as possibilidades de transporte existentes em Torres Novas e fechando inclusivamente bastantes estabelecimentos. O correspondente interrogou várias pessoas que estiveram no local e lhe mereciam confiança. Acreditava, porém, que por trás daquelas manifestações podia estar “uma premeditada especulação financeira, cuja fonte de receita existe nas entranhas da serra, em qualquer manancial de águas minerais” (doc. 4, p. 36) recentemente descobertas. Em outubro, porém, o mesmo jornal, pela pena de Avelino de Almeida, enviado especial à aparição, publicou um relato detalhado de quanto pôde registar, desde as impressões recolhidas antes e depois da aparição até à narração do fenómeno solar ocorrido: “O sol tremeu, o sol teve nunca vistos movimentos bruscos fora de todas as leis cósmicas – o sol ‘bailou’, segundo a típica expressão dos camponeses” (doc. 13, p. 76). Para o articulista, “assiste-se então a um espetáculo único e inacreditável para quem não foi testemunha dele”

(doc. 13, p. 76). Fica-se também a saber da presença distanciada de membros do clero e da expectativa do pronunciamento das autoridades competentes sobre a manifestação solar. No termo de um relato mais curto, na revista *Ilustração Portuguesa* do mesmo jornal, Avelino de Almeida, depois de se cingir aos factos, diria: “Milagre, como gritava o povo; fenómeno natural, como dizem os sábios? Não curo agora sabê-lo, mas apenas de te afirmar o que vi... O resto é com a Ciência e com a Igreja...” (doc. 21, p. 116).

As ressonâncias na imprensa não se ficaram apenas por relatos factuais de quem pretendeu ser imparcial e dizer só o que viu. A imprensa foi também muitas vezes o palco da discussão em torno dos acontecimentos de Fátima. Houve quem se serviu dela, para se justificar ou defender, como o pároco de Fátima diante das acusações de cumplicidade com o administrador de Vila Nova de Ourém, quando as crianças foram levadas para interrogatório em 13 de agosto (doc. 6, p. 38-40). Também dela deitou mão quem quis divulgar os acontecimentos, como Manuel Nunes Formigão no jornal *A Guarda* (doc. 47, p. 202). Ainda recorreram a ela os detratores, ao pretenderem interpretar os acontecimentos como um retrocesso da modernidade, que prescindia da ciência e da razão, para iludir pelo milagre. É o caso da Comissão de Propaganda do Registo Civil que se serve do jornal *O Mundo* de 26 de outubro de 1917 para publicar um projeto de manifesto a propósito da “invenção dos fantasiosos e ridículos milagres de Fátima”, resultado do “ignominioso manejo clérico-reacionário” (doc. 20, p. 112). No início de dezembro seguinte sairia uma folha panfletária, editada pela Associação de Registo Civil e Federação Portuguesa do Livre Pensamento, denunciando o recurso ao milagre “para embrutecer o povo pelo fanatismo e pela superstição” e reclamando “a luz brilhante da Verdade, da Razão e da Ciência” (doc. 27, p. 145).

3.4 - Entretanto ia ganhando expressão o culto e com ele a necessidade de uma imagem de Nossa Senhora para a capela das aparições. Depois de uma tentativa de compra em Lisboa, foi mandada fazer em Braga em 1919 (doc. 46, p. 201). Seria enviada em abril de 1920 (doc. 54, p. 213-214) e exposta ao culto no local das aparições em 13 de junho. Gilberto Fernandes dos Santos, que oferecera a imagem e a expusera naquele dia, refere ter acontecido “o fenómeno solar tal qual o de 13 de outubro de 1917”, assim como o facto de ter sido “a Venerada imagem completamente focada dum dourado transparente, celestial de certo” (doc. 57, p. 217). Os milagres, as pagelas e os folhetos iam ajudando a

alimentar e divulgar a mensagem e o culto (doc. 59, p. 221-223). Paralelamente deu-se início à compra dos terrenos na Cova de Iria, tarefa facilitada pela maior parte dos proprietários. No dizer do P. Formigão, “há grandes dedicações e entusiasmos por Fátima” (doc. 61, p. 226).

Manuel Nunes Formigão destacar-se-ia aliás na divulgação dos acontecimentos de Fátima e dos elementos que podiam favorecer o culto e a piedade. Em 1921 publicou *Os episódios maravilhosos de Fátima* (anexo, p. 567-617), dando conta dos acontecimentos de 1917, pela sua pena ou transcrevendo testemunhos. Relata ainda o segundo aniversário da primeira aparição, evidenciando a fé dos presentes e algumas curas. Depois de expor a doença e a morte de Jacinta, dá conta também do que testemunhou presencialmente no dia 13 de maio de 1920. O juízo ainda ficava em aberto – “Continuamos a manter-nos, como até aqui, em benévola expectativa” (anexo, p. 617) – mas os factos eram tidos como credíveis e merecedores de divulgação. Idêntico objetivo revelou com um novo opúsculo publicado em 1923, intitulado *Os acontecimentos de Fátima* (doc. 73, p. 261-278). Descreve as aparições, elenca as curas extraordinárias, alude à intenção de construir um templo dedicado à Senhora do Rosário, à doença e morte de Francisco e de Jacinta, ao atentado contra a capela de março de 1922, à comissão de inquérito nomeada pelo bispo, aos transportes para chegar a Fátima. Apesar da constatação de um comércio tido por indigno nas proximidades do lugar das aparições, que a autoridade eclesiástica ia procurando evitar, o opúsculo narra também o carácter religioso das peregrinações ocorridas nos dias 13: “A lembrança sempre viva das aparições e dos sucessos maravilhosos de que Fátima é teatro, a atmosfera saturada de sobrenatural que ali se respira, o temor religioso que insensivelmente se apodera de todos os que se aproximam do centro das maiores manifestações periódicas de índole religiosa, que registam os anais de Portugal, impedem a explosão das paixões humanas e conservam à distância aqueles que por ventura sejam tentados a visitar o local das aparições” (doc. 73, p. 276-277).

Fátima não gozava, porém, da benevolência de todos, nomeadamente dos setores anticlericais e das autoridades, que iam pondo obstáculos às peregrinações. Em maio de 1920, o governador civil de Santarém deu ordens para que não se realizassem manifestações religiosas no 13 de maio (doc. 55, p. 215). Antes da peregrinação de junho de 1921 o regedor da freguesia de Fátima recebeu indicações do administrador do concelho de Vila Nova de Ourém para que “não consinta tais

manifestações que só denotam fanatismo e em nada dignificam a república nas suas leis fundamentais” (doc. 62, p. 228). Os obstáculos eram interpretados por aqueles que os promoviam como expressão da vitória da modernidade sobre o obscurantismo que atentava contra o ideário subscrito pela república (doc. 56, p. 216). Corolário deste ambiente hostil foi a explosão de uma bomba na capela na madrugada de 6 de março de 1922 (doc. 66-67, p. 237-239). Os obstáculos continuariam ainda nos anos seguintes (doc. 74-75, p. 279-280; doc. 81, p. 316). Se na Câmara dos Deputados, o católico António Lino Neto erguia a sua voz a pedir esclarecimentos (doc. 76, p. 281-282), no Senado será Dias de Andrade a replicar à tentativa de Ramos de Miranda incluir os milagres no reduto da superstição (doc. 77, p. 283-286). Nas invetivas de um folheto da época, subscrito por um dito *Grupo Anticlerical*, “o Milagre de Fátima [...] é uma ridícula mentira, é uma comédia, não é religioso” (doc. 78, p. 289). A adversidade também é contada nalgumas cartas de 1929, escritas em resposta ao P. José Galamba de Oliveira (doc. 110, p. 401-402; doc. 112, p. 405-406; doc. 114, p. 409-412).

3.5 - A doença e a morte dos videntes Francisco e Jacinta também comparecem na documentação publicada. À morte de Francisco em 4 de abril de 1919 se refere um aditamento do pároco de Fátima ao termo de encerramento do processo paroquial (doc. 44, p. 198). Mais abundantes são as informações acerca de Jacinta, a propósito dos cuidados com o internamento hospitalar em Lisboa e, posteriormente, com o seu funeral (doc. 48, 50-52, p. 203,206-209). À doença e à morte de ambos alude ainda com detalhe Manuel Nunes Formigão (doc. 53, p. 210-212). Restava agora Lúcia para testemunhar as aparições. Já no Asilo de Vilar, no Porto, a cargo das irmãs doroteias, escreverá, em janeiro de 1922, a pedido do confessor, o seu primeiro relato (doc. 65, p. 232-236). Em julho de 1924, também no Porto, será interrogada oficialmente no âmbito do processo canônico (doc. 82, p. 317-324).

A partir de 1926, o volume inclui alguma correspondência de Lúcia, escrita a partir das comunidades das irmãs doroteias de Pontevedra e Tuy, por onde sucessivamente passou, sobre a devoção dos cinco primeiros sábados em reparação das ofensas ao Imaculado Coração de Maria, núcleo da aparição de 10 de dezembro de 1925. Segundo o relato de Lúcia, transcrito pelo P. José Aparício da Silva, Nossa Senhora, referindo encontrar-se o seu “coração cercado de espinhos que os homens ingratos a todos os momentos me cravam com blasfémias e ingratidões”, prometeu a assistência na hora da morte a “todos aqueles

que durante 5 meses no primeiro sábado se confessarem, recebendo a Sagrada Comunhão, rezarem o terço e me fizerem 15 minutos de companhia” (doc. 96, p. 356). Dadas as limitações colocadas pelo confessor à divulgação da devoção, Lúcia receberia confirmação da mesma por nova aparição de 15 de fevereiro de 1926, juntamente com a permissão para que a confissão pudesse ser noutra dia, desde que a comunhão ocorresse em graça, com “a intenção de com ela desagrar o Sagrado Coração de Maria” (doc. 84, p. 327). Dessa devoção deu conta em carta à mãe (doc. 89, p. 339; doc. 92, p. 344-345) e à madrinha de crisma (doc. 90, p. 340-341). Manifestou também alegria por saber que a mesma se está a difundir, em carta ao P. José Aparício da Silva, em que denota inquietação sobre se deve permanecer ou não no Instituto das Irmãs de Santa Doroteia em que se encontrava a fazer o noviciado (doc. 91, p. 342-343) e onde viria a professar em 3 de outubro de 1928 (doc. 95, p. 352-354); permanência que voltará a ser afluída em documentação de 1929 (doc. 104, p. 378-379; doc. 106, p. 383). Lúcia menciona também ao mesmo presbítero ter queimado, após diálogo com a madre superiora, o seu primeiro escrito sobre as revelações relativas à devoção dos cinco primeiros sábados (doc. 93, 346-347). Veio a escrever novo texto em 1928, com as revelações que lhe foram feitas em 10 de dezembro de 1925, 15 de fevereiro de 1926 e 17 de dezembro de 1927 (doc. 96, p. 355-357), com vista a obter autorização do bispo de Leiria para a divulgação da devoção (doc. 97-99, p. 358-362). Nova revelação na noite de 29 para 30 de maio de 1930 fez-lhe conhecer a relação dos cinco sábados com as cinco “espécies de blasfêmias, proferidas contra o Imaculado Coração de Maria” (doc. 128, p. 524). Neste contexto, surgem também referências de Lúcia à promessa divina do fim da perseguição na Rússia, “se o Santo Padre se dignar fazer, e mandar que o façam igualmente os Bispos do mundo Católico, um solene e público ato de reparação e consagração da Rússia aos Santíssimos Corações de Jesus e Maria, prometendo Sua Santidade, mediante o fim desta perseguição, aprovar e recomendar a prática da já indicada devoção reparadora” (doc. 125, p. 518; a mesma informação em doc. 128, p. 524-525; doc. 129, p. 526-528). Era uma temática que haveria de ter outros desenvolvimentos já depois do período a que se restringe a nossa documentação.

3.6 - Se o crescimento do culto em Fátima gerava entusiasmo nos fiéis e reações nas autoridades civis e nos opositores, também era objeto da atenção da autoridade eclesiástica, nomeadamente do bispo de Leiria,

D. José Alves Correia da Silva, que em 1920 assumira o governo pastoral da diocese, depois de esta ter sido restaurada. Inicialmente não se pronunciou oficialmente sobre os acontecimentos. Progressivamente foi desenvolvendo algumas iniciativas, como a visita à Cova de Iria e a permissão para a celebração da missa, como testemunha em nota de 14 de setembro de 1921 (doc. 63, p. 229). Tomaria subsequentemente algumas medidas disciplinares, para moderar excessos e evitar abusos, ao proibir o uso de foguetes e de bebidas alcoólicas no local das aparições (doc. 64, p. 230-231), para ordenar as peregrinações, num apelo à entreatura, à piedade e à penitência (doc. 83, p. 325), e para regulamentar os pedidos (doc. 85, p. 329).

Mais relevante fora, porém, a nomeação, em 3 de maio de 1922, da comissão que haveria de organizar o processo canônico para que se pudesse pronunciar definitivamente sobre as aparições (doc. 68, p. 240-246). O bispo constatava o grande número de fiéis que acorriam a Fátima, apesar da atitude expectante da autoridade eclesiástica e das perseguições e ameaças das autoridades civis. Da primeira sessão da comissão canônica, em 4 de maio de 1922, saiu a decisão de publicar “um boletim mensal a que se daria o nome de *Voz da Fátima* e seria destinado a registrar todas as notícias e informações relativas aos acontecimentos de Fátima” (doc. 69, p. 247). O primeiro número de um jornal intitulado *A Voz de Fátima* seria dado à estampa em 13 de junho seguinte. Publicado sem consenso quanto ao seu diretor, não foi além do seu primeiro número. O jornal *Voz da Fátima* publicar-se-ia mensalmente apenas a partir de outubro. Com a nomeação da comissão, chegara o tempo de “estudar e mandar estudar este caso” (doc. 68, p. 245). Começaram a reunir-se depoimentos (doc. 72 p. 255-259). O nosso volume comporta os interrogatórios aos familiares e habitantes de Fátima (doc. 80, p. 293-315) e a Lúcia (doc. 82, p. 317-324). Sublinhe-se a concordância dos testemunhos e a segurança de Lúcia: “Tenho a certeza de que a [Nossa Senhora] vi e de que não me enganei; ainda que me matassem, ninguém me faria dizer o contrário” (doc. 82, p. 324).

A comissão tardaria ainda a pronunciar-se. O bispo, porém, da prudência inicial foi passando a um posicionamento ativo e favorável à evolução religiosa de Fátima. Revela-o a entrevista informal dada em 1926 ao jornal *A Época*, onde a comparação com Lourdes evidenciava a importância dada ao rumo que o culto em Fátima tomara: “As peregrinações de Fátima são mais imponentes e significativas que as de Lourdes. Em Fátima juntam-se num só dia muitas mais pessoas do que habitualmente se juntam em Lourdes, apesar de todo o conforto e

comodidades que a pequena cidade dos Pirenéus oferece aos peregrinos” (doc. 86, p. 333). No ano seguinte, em julho, D. José Alves Correia da Silva criou uma capelania permanente no Santuário de Fátima (doc. 88, p. 338).

Mais prudência revelou no que concerne à aprovação da devoção dos cinco primeiros sábados. Manuel Nunes Formigão refere, em 8 de outubro de 1928, que o bispo o autorizou a propagar, “desde já, particularmente, a devoção reparadora, que Ele promulgará brevemente, recomendando-a e indulgenciando-a, em documento público e oficial”. Dava ao mesmo tempo conta da sua ida ao Porto na véspera para “tornar conhecida esta devoção, que é acolhida com o maior entusiasmo” (doc. 95, p. 353). Quase um ano depois, em setembro, D. José mostrava não ser ainda tempo de ir além de uma divulgação restrita e particular: “A devoção dos primeiros sábados está bem, mas ainda não lhe chegou a hora o que não quer dizer que não se propague nas casas e colégios religiosos” (doc. 106, p. 383). Era tempo, porém, de fortalecer o culto mariano, como exprime a aprovação indulgenciada da Novena a Nossa Senhora de Fátima (doc. 107, p. 384-386).

3.7 - Os acontecimentos de Fátima foram progressivamente transbordando da cena nacional e adquirindo repercussão além-fronteiras. Particularmente significativa desta internacionalização, porque mostrava acolhimento por parte do periódico da Santa Sé, foi a publicação de um artigo em *L'Osservatore Romano*, a propósito da peregrinação de 13 de maio de 1928 (doc. 94, p. 348-351). Definindo Fátima como a Lourdes portuguesa e evidenciando o entusiasmo da multidão de peregrinos, a notícia historia brevemente os acontecimentos de Fátima e descreve detalhadamente a peregrinação. Também mereceria espaço no periódico do Vaticano a peregrinação aniversária de maio 1930 (doc. 126, p. 520-521). Desta internacionalização dá conta o jornal *Novidades* quando refere em janeiro de 1929 que “na Europa e nas Américas, Fátima vai despertando a atenção, que passa facilmente ao louvor”, ao mesmo tempo que lamenta que “não temos sabido apreçoar esta maravilha da nossa pátria” (doc. 100, p. 363). Sublinha, contudo, o papel dos alunos do Colégio Português em Roma: “Hoje, em Roma, na Universidade Gregoriana, estudantes espanhóis, franceses, belgas, alemães, ingleses, italianos, etc., etc. interessam-se pela vida de Fátima e pedem continuamente pormenorizadas informações” (doc. 100, p. 365). Informa ainda que, numa audiência recente dos alunos com Pio XI, este lhes tinha oferecido umas estampas de Nossa Senhora de Fátima,

recentemente chegadas de Portugal. O jornal interpretava aquele gesto pontifício como uma “aprovação implícita” (doc. 100, p. 366).

Na dinamização de Fátima em Roma desempenhou, de facto, papel de relevo o Colégio Português, como evidencia alguma documentação aqui reunida. Joaquim Carreira, aluno da diocese de Leiria e futuro reitor do Colégio, testemunha em carta o interesse por Fátima de alguns professores da Universidade Gregoriana, pede alguns “santinhos de Nossa Senhora de Fátima” para divulgação e, em jeito de pergunta, aventa a utilidade da publicação de um opúsculo “destinado a fazer propaganda de Fátima pelo estrangeiro, devendo por isso ser escrito em duas ou três línguas (francês, italiano e alemão)” (doc. 101, p. 369-370). Noutra missiva narra a festa de Nossa Senhora de Fátima em Orte, em 13 de outubro de 1929, dinamizada pela comunidade do Colégio Português (doc. 108, p. 387-389). A barreira da língua entretanto ia sendo ultrapassada com a chegada a Roma de alguns exemplares franceses da *Revue du Rosaire* e outros do livro alemão do historiador Ludwig Fischer, *Fatima, das Portugiesische Lourdes. Reseeindrücke*, entretanto traduzido em português (*Fátima, a Lourdes Portuguesa. Impressões de Viagem*) (doc. 118, p. 422-426). As iniciativas e ressonâncias romanas iam-se multiplicando. Também o aluno João Pereira Venâncio, futuro bispo de Leiria, dá notas do modo como no Colégio se prestava atenção a Fátima, ao descrever a inauguração da imagem de Nossa Senhora de Fátima da capela do Colégio, em 8 de dezembro de 1929, imagem benzida dois dias antes por Pio XI (doc. 111, p. 403-404).

Neste crescente acolhimento de Fátima em Roma alcançou particular significado a conferência do diretor espiritual do Colégio, o jesuíta Luís Gonzaga da Fonseca, no Pontifício Instituto Bíblico, onde era professor, em 11 de maio de 1930 (doc. 123, p. 513-516). Fátima marcava presença numa prestigiada instituição académica romana, com a presença de professores e alunos de diversas proveniências, a potenciar a difusão. Aquele jesuíta desenvolveria, aliás, significativa atividade divulgativa de Fátima em Roma e noutras paragens. Das celebrações relacionadas com Fátima no Colégio Português, da conferência no Pontifício Instituto Bíblico e diferentes ações divulgativas desenvolvidas em Itália fazia eco em Portugal o jornal *Novidades* (doc. 109, p. 390-400; doc. 115, p. 413-416; doc. 130-131, p. 529-539). A internacionalização da mensagem e do culto de Nossa Senhora de Fátima repercutiam-se assim também na própria divulgação nacional, onde a imprensa nacional ou local continuava a desempenhar o seu papel.

Não se ficam por Roma ou por Itália os ecos da divulgação de Fátima por geografias mais distantes. Para tal contribuiu certamente a difusão do livro de Ludwig Fischer. Segundo o documento de aprovação da obra pelo bispo de Leiria, “este entusiasmo transbordou da sua Alemanha e espalhou-se pela Holanda, Checoslováquia, Jugoslávia, Roménia, etc” (doc. 119, p. 428). Também o jesuíta Luís Gonzaga Cabral reconhecia a importância do livro para a difusão de Fátima, quer pela qualidade da obra, quer pelo facto “de ser escrito por um estrangeiro, que se dirige aos seus compatriotas alemães, propondo-lhes Portugal como modelo” (doc. 122, p. 508). A dita conferência de Luís Gonzaga da Fonseca advertia que o nome Fátima “mais ou menos estropiado conhece-se em todas as nações da Europa, e fora dela, nos Açores e na Madeira – em Angola e Moçambique – nas Índias e na China, nos Estados Unidos e no Brasil” (doc. 130, p. 531) Os territórios que eram ou tinha sido portugueses permitiam que a devoção chegasse a outros continentes. Do Lubango, Angola, surge-nos um testemunho de 1929, que conta a difusão do jornal *Voz da Fátima* e narra o culto a Nossa Senhora de Fátima no aniversário da primeira aparição (doc. 103, p. 376-377). Do Brasil, chega a notícia da inauguração, em 1930, de uma imagem no Rio de Janeiro, depois de ter seguido benzida de Portugal, e a informação de que “o culto a Nossa Senhora do Rosário de Fátima está a propagar-se extraordinariamente” (doc. 116, p. 418).

3.8 - Acolhidos e divulgados em Portugal e no estrangeiro, os acontecimentos de Fátima estavam prestes a obter o reconhecimento da autoridade eclesiástica diocesana. Em 13 abril de 1930 foi aprovado o relatório pela comissão canónica, criada por D. José Alves Correia da Silva oito anos antes (doc. 120, p. 430-505; doc. 121, p. 506). É um documento longo e pormenorizado, redigido por Manuel Nunes Formigão, que procura historiar as aparições e analisar os diferentes aspetos a elas relativos, de modo a concluir que são credíveis. Com base nos relatos dos videntes e das testemunhas, o relatório pronuncia-se pela sinceridade daqueles e pela verdade do que disseram, mesmo em ambiente adverso, e entende que as aparições não podem confundir-se com alucinações. A credibilidade é sustentada também pelo habitual desinteresse dos familiares das crianças, não propícia à construção de um relato desconforme com o ocorrido, assim como pelo alheamento dos padres e pela reserva ponderada da autoridade eclesiástica. Muito valor é dado às declarações de Lúcia, cujo depoimento oficial “não pode deixar de oferecer as mais seguras garantias de credibilidade” (doc.

120, p. 464). Aliás, a sua figura é altamente considerada, também no seu itinerário vocacional rumo à profissão religiosa, numa linguagem encomiástica que parece esquecer a necessária objetividade de um relatório. Consideradas foram ainda as conversões, as manifestações de fé e piedade, as curas extraordinárias e a difusão do culto de Nossa Senhora de Fátima nos territórios portugueses de aquém e de além-mar e nos muitos países a que já tinha chegado, assim como a atenção do papa expressa na audiência aos alunos do Colégio Português de 1929. A divergência entre o anúncio do imediato fim da I Guerra Mundial no conteúdo das aparições e a demora na sua concretização – aspeto que desafiava a credibilidade das aparições – leva o relatório a esmerar-se na busca de soluções plausíveis. Para ser aprovado pela comissão sofreu, todavia, uma simplificação, prescindindo de algumas delas. O relatório procura analisar objetivamente os fenómenos naturais que envolveram as aparições, nomeadamente a nuvem de fumo que se elevava no local e o sinal solar predito por Lúcia para se realizar na aparição de outubro. Relativamente a este último e independentemente da sua natureza, o relatório defende a sua origem sobrenatural. Por fim, afirma que as suas considerações finais “não podem deixar de ser inteiramente favoráveis à realidade das aparições e à origem sobrenatural e divina das mesmas aparições, assim como dos outros sucessos extraordinários que as acompanharam e que se lhes seguiram” (doc. 120, p. 499).

Na posse do relatório, o bispo de Leiria não se pronunciou de imediato. Teve tempo para refletir antes de publicar a carta pastoral de 13 de outubro de 1930. Depois de um conjunto de considerações, que historiam os acontecimentos e justificam a sua credibilidade, D. José Alves Correia da Silva entendeu por bem “*declarar como dignas de crédito às visões das crianças na Cova de Iria, [...] nos dias 13 de maio a outubro de 1917*” e “*permitir oficialmente o culto de Nossa Senhora de Fátima*” (doc. 133, p. 552). Era o pronunciamento oficial da autoridade eclesiástica. No dizer do jornal *A Guarda*, um dos que noticiaram a oficialização das aparições, depois da prudência inicial da Igreja, “a devoção venceu as determinações episcopais” (doc. 128, p. 560).

A mensagem e o culto de Nossa Senhora de Fátima adquiriam assim uma base mais sólida para a sua difusão. A unidade que o catolicismo português reclamava no rescaldo do confronto com a república e no quadro de recomposição proporcionado pelo Concílio Plenário Português podia gravitar em torno de Fátima. Afinal, nas palavras do P. Manuel Pereira dos Reis em 1929, “Fátima é no dia de hoje o mais

---

luzido altar da padroeira de Portugal” (doc. 102, p. 372). O entusiasmo das multidões que se dirigiam à Cova da Iria e o reconhecimento oficial das aparições conferiam a Fátima uma importância crescente como centro de peregrinação nacional. Ao catolicismo em Portugal era oferecida uma nova centralidade geográfica e um polo dinamizador da ação pastoral da Igreja.

*Adélio Fernando Abreu*